

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO
DAS
METAS FISCAIS

2º QUADRIMESTRE DE 2025

1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 2º Quadrimestre do exercício de 2025 , conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF são publicados no prazo estabelecido no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão da Prefeitura.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 PODER EXECUTIVO (EXCLUÍDO O REGIME DE PREVIDÊNCIA)

2.1.1 RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 86.808.079,18, para uma previsão anual de R\$ 120.512.711,51.

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita, excluída a receita do Regime de Previdência.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	132.484.732,98	92.083.715,14	106,08%
Impostos, Taxas e Contribuição Melhoria	18.172.503,12	11.752.903,09	13,547%
Receita de Contribuições	3.196.802,65	2.248.207,97	2,59%
Receita Patrimonial	1.477.205,01	2.359.414,66	2,72%
Receita de Serviços	184.132,13	153.785,92	0,18%
Transferências Correntes	109.155.982,26	74.011.261,02	85,26%
Outras Receitas Correntes	298.107,81	432.610,02	0,50%
RECEITAS DE CAPITAL	1.410.742,13	4.299.235,11	4,95%
Operações de Crédito	0,00	596.570,15	0,69%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	10.742,13	3.567,05	0,00%
Transferências de Capital	1.400.000,00	3.699.097,91	4,26%
TOTAL	133.895.475,11	96.382.950,25	111,03%
(-) Dedução para o FUNDEB	12.302.763,60	8.449.338,61	9,73%
(-) Outras Deduções da Receita	1.080.000,00	1.125.532,46	1,30%
TOTAL	120.512.711,51	86.808.079,18	100,00%

2.1.2 DESPESA

A despesa realizada (liquidada), não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, até o quadrimestre, a importância de R\$ 77.349.376,69, que corresponde a 55,05% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplo, podemos citar os convênios.

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	104.522.966,70	121.560.587,60	73.473.197,78	94,98%
Pessoal e Encargos Sociais	47.939.541,01	52.344.366,82	33.440.605,70	43,23%
Juros e Encargos da Dívida	1.000.100,00	2.263.459,75	1.310.467,32	1,69%
Outras Despesas Correntes	55.583.325,69	66.952.761,03	38.722.124,76	50,06%
DESPESAS DE CAPITAL	7.202.840,36	18.956.139,35	3.876.178,91	5,02%
Investimentos	5.247.690,44	15.873.599,59	2.657.979,72	3,44%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Dívida	1.955.149,92	2.082.000,00	1.218.199,19	1,58%
Res. Contingência	3.756.050,59	1.000.539,76	0,00	0,00%
TOTAL	115.481.857,65	140.516.726,95	77.349.376,69	100,00%

2.1.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PODER EXECUTIVO

Confrontando a receita realizada até o 2º quadrimestre, que totalizou R\$ 86.808.079,18 frente a despesa liquidada de R\$ 77.349.376,69, temos um superávit orçamentário de R\$ 9.458.702,49.

2.2 PODER LEGISLATIVO

2.2.1 DESPESA

A despesa realizada (liquidada) pelo Poder Legislativo totalizou, até o período, a importância de R\$ 564.073,17, que corresponde a 11,56% da dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	3.825.853,86	3.825.853,86	558.893,61	99,08%
Pessoal e Encargos Sociais	2.733.647,11	2.733.647,11	430.757,04	76,36%
Outras Despesas Correntes	1.092.206,75	1.092.206,75	128.136,57	22,72%
DESPESAS DE CAPITAL	1.205.000,00	1.205.000,00	5.179,56	0,11%
Investimentos	1.205.000,00	1.055.000,00	5.179,56	0,92%
TOTAL	5.030.853,86	4.880.853,86	564.073,17	100,00%

2.3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

2.3.1 RECEITA

A receita total realizada, até o 2º quadrimestre, foi de R\$ 20.240.936,02, para uma previsão de R\$ 26.309.288,49. Ou seja, a receita realizada no 2º quadrimestre do exercício de 2025, representa 76,93% da receita prevista.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	16.441.240,15	14.253.897,95	70,42%
Receita de Contribuições	5.200.084,15	3.120.332,02	15,42%
Receita Patrimonial	9.835.510,09	10.869.686,21	53,70%
Outras Receitas Correntes	1.405.645,91	263.879,72	1,30%
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	9.868.048,34	5.987.038,07	29,58%
Contribuições Sociais	5.568.048,34	3.158.397,80	15,60%
Outras Receitas Correntes	4.300.000,00	2.828.640,27	13,97%
TOTAL	26.309.288,49	20.240.936,02	100,00%

2.3.2 DESPESA

A despesa realizada (liquidada) pelo Regime de Previdência totalizou, no período, a importância de R\$ 8.318.006,35, que representou 31,62% de sua dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	14.336.137,52	14.336.137,52	4.270.039,35	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	13.790.000,00	13.790.000,00	8.044.484,56	96,71%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	546.137,52	546.137,52	273.521,79	3,29%
Res. RPPS + Res. Contingência	11.973.150,97	11.973.150,97	0,00	0,00%
TOTAL	26.309.288,49	26.309.288,49	8.318.006,35	100,00%

2.3.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Do confronto entre receita e despesa do Regime de Previdência verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 11.922.929,67.

2.3.4 DO PATRIMÔNIO DE INVESTIMENTOS DO RPPS

31/12/2024	Até 31/08/2025	CRESCIMENTO	VARIAÇÃO %
119.769.967,78	132.053.631,57	12.283.663,79	10,26

3 DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do Relatório de Gestão Fiscal.

O valor da RCL para o cálculo da Despesa com Pessoal apurado no mês de Agosto/2025 é de R\$ 124.386.858,54.

3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 53.574.633,58, valor este que corresponde a 43,08% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se que o Município está abaixo do limite de alerta:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,30%
- Limite de Alerta: 48,60%

Percentual atual: 43,08%

3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 642.087,88, valor este que corresponde a 0,52% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

- Limite Máximo: 6%
- Limite Prudencial: 5,70%
- Limite de Alerta: 5,40%

Percentual atual: 0,52%

3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA

- LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

O Município possui o valor de R\$ 13.113.378,01 inscrito na Dívida Consolidada até o fechamento do 2º quadrimestre do corrente ano, que corresponde a 10,48% da Receita Corrente Líquida para cálculo do endividamento que é de R\$ 125.068.604,16.

3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS

Até o período, houve despesa com juros da operação de crédito no valor de R\$ 2.339.235,88 (1,87% da RCL).

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50% da Receita Corrente Líquida durante todo o exercício.

3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante o período avaliado, o Município não contratou operação de crédito.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16% da Receita Corrente Líquida.

3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% da receita proveniente de impostos, para fins de apuração do cumprimento do limite constitucional, que totalizou R\$ 52.407.694,22 no período, e a aplicação está demonstrada no quadro abaixo:

	Valor	%
Valor Mínimo a Aplicar em Saúde	7.861.154,13	15,00
Aplicação em Saúde	12.499.150,00	23,85
Aplicado a Maior em Saúde	4.637.995,87	8,85

3.8 APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Já em educação o limite mínimo é de 25% da receita proveniente de impostos e a aplicação está demonstrada no quadro abaixo. Para a educação, a base de cálculo para fins de apuração do cumprimento do limite constitucional é R\$ 54.078.969,21.

	Valor	%
Valor Mínimo a Aplicar em Educação	13.519.742,30	25,00
Aplicação em Educação	13.819.809,55	25,55
Aplicado a Maior em Educação	300.067,25	0,55

3.9 APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB

O Município atendeu o dispositivo legal que estabelece que, no mínimo 70% dos recursos do FUNDEB devem ser aplicados no pagamento de profissionais que atendam os alunos da educação básica. A aplicação do recurso é demonstrada na tabela abaixo:

Receita do FUNDEB no período	26.967.862,08
GASTOS C/ PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	19.686.450,19
Percentual aplicado em pessoal	82,14%

PREFEITO: FABIEL PORT

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA: FERNANDO BECKER

CONTADORA: HELENA SARTORI

Três Coroas, 22 de Setembro de 2025.